

APORTES PARA PENSAR POLÍTICAS DE MEMÓRIA NO PARADIGMA DAS MOBILIDADES: A DICOTOMIA SUBÚRBIO x ZONA SUL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Gabriel da Silva Vidal Cid

RESUMO

O texto se propõe a discutir alguns conceitos e noções caras ao estudo sobre as políticas de memória, considerando o paradigma das mobilidades e discutindo a cidade do Rio de Janeiro. Entendendo que o campo da memória coletiva vem sendo questionado por ações que demandam maior pluralidade, busco interpretar a situação de desigual distribuição espacial das políticas de memória na cidade, apontando para chaves interpretativas teóricas possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Coletiva; Rio de Janeiro; Mobilidade; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The text aims to discuss some concepts and ideas central to the study of memory policies, considering the mobility paradigm and discussing the city of Rio de Janeiro. Understanding that the field of collective memory has been questioned by actions that demand greater plurality, I seek to interpret the situation of unequal spatial distribution of memory policies in the city, aiming for possible theoretical interpretive keys.

KEYWORDS: collective memory; Rio de Janeiro; mobility; cultural heritage.

LUGARES DE MEMÓRIA E O TEMA DAS MOBILIDADES

Há certo consenso no campo de estudos sobre a memória coletiva de que ela é sempre um objeto em disputa. O ato de lembrar se constitui em um presente situado. São poucos os trabalhos desse campo que dedicam atenção ao território em suas especificidades e efeitos em relação à memória, não obstante lembrarmos de maneira situada em um tempo e um espaço. Procuro colaborar na articulação de noções e conceitos do campo da memória ao do espaço, considerando o paradigma das mobilidades e atentando para a cidade do Rio de Janeiro como objeto de estudo.

Este texto dialoga com alguns resultados de pesquisa que fazem parte de meu estágio de pós-doutorado, desenvolvido, entre 2021 e 2025, no Programa de Pós-

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

graduação em Ciências Sociais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob supervisão inicial de Myrian Sepúlveda dos Santos, posteriormente de Sandra de Sá Carneiro. Com o título “Imaginários urbanos e políticas para a memória na cidade do Rio de Janeiro”, analiso usos da memória que em minha leitura vêm ganhando mais força na esfera pública, considerando o contexto dos megaeventos e seus desdobramentos²¹.

Compreendo que o fenômeno do urbano elabora uma experiência em que as pessoas se movem em meio a um sistema de objetos. Alguns desses objetos podem ser lidos com base no conceito de lugares de memória, como proposto pelo historiador Pierre Nora (1993). Esses lugares de memória organizam um sistema definido por meio de processos de consagração pública. Esta seria uma maneira típica da sociedade moderna de lembrar, em contraposição ao modo tradicional, baseado na vida cotidiana, com maior proximidade entre os sujeitos nas comunidades, em processos orais e familiares de transmissão. No argumento de Nora (1993), é cada vez mais difícil, nas sociedades modernas, de se realizar o ato de lembrar como nas sociedades tradicionais, dadas suas características de atomização e individualização.

Os lugares de memória, na modernidade, constroem um lastro social que ancora identidades às comunidades, atreladas à organização política do Estado-nação e à noção de cidadania (Cid, 2016). Esses lugares de memória, em leituras mais contemporâneas, vêm sendo acusados, em seus efeitos, de classificação e silenciamentos de sujeitos e espaços ao privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros que sofrem apagamentos. Tais críticas se desdobram em ações, temáticas e disputas que se multiplicam na esfera pública demandando mudanças nas políticas tradicionais de memória²².

Podemos aproximar o debate sobre os lugares de memória da reflexão de Jean Baudrillard, quando compreende o “sistema dos objetos” como um “plano tecnológico”,

²¹ Bolsista FAPERJ — Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Alguns resultados podem ser lidos em Cid (2024), Cid e Toledo (2022 e 2024) e Cid e Pio (2025).

²² Ver, especialmente debates intensificados após o movimento *Black Lives Matter*, conhecidos como “derrubada de estátuas”, no cenário internacional “Rhodes Must Fall” (RMF) ou “Fallists” (Frank; Ristic, 2020). Ver, Mirzoeff (2021) e Schwarcz (2024). Trabalhos vêm sistematizando discussões sobre o tema na noção de “memórias difíceis”. No que toca o território, ver, no Rio de Janeiro, Cid, Santos e Fernandes (2024), e, em São Paulo, Cymbalista (2019).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

uma abstração, ainda que uma realidade, que nos permite tratar “dos processos pelos quais as pessoas entram em relação com eles e da sistemática das condutas e das relações humanas que disso resulta”²³ (2002, p. 11). Desse modo, leio esse “sistema” de lugares de memória como possibilidade de interpretação da sociedade, refletindo relações que se dão com o próprio, uma ecologia onde paisagem, objetos e pessoas compõem um dado para interpretação²⁴. Para esta análise, tomo como objeto o conjunto de bens tombados e registrados, além de bustos, monumentos e estátuas, tendo como recorte a cidade do Rio de Janeiro.

POLÍTICAS DE MEMÓRIA: APORTES CONCEITUAIS

Entendo que a memória pode ser pensada como um campo de atuação. Metodologicamente me aproximo da proposta de Programa Forte em Sociologia Cultural, como proposto por Jeffrey Alexander (2023). Segundo o autor, para uma compreensão “forte” da cultura na sociedade é necessário reconhecer que há uma certa autonomia do fenômeno cultural na sociedade moderna, perspectiva que não é a praxe em boa parte dos estudos que se dedicam ao tema. Para o sociólogo, é necessário um “incisivo desacoplamento analítico da cultura com relação à estrutura social” (Alexander, 2023, p.122). A proposta não pressupõe que os fenômenos da esfera da cultura estejam desconectados de outros ou exterior ao que se interpreta como estruturas sociais, mas que possuem lógicas de funcionamento próprias e que as definem tanto quanto outros.

Sabemos, ao menos desde o estudo seminal de Maurice Halbwachs (1990), ainda nas primeiras décadas do século XX, que a memória é algo que se constrói socialmente, sendo constituída pelo que o autor chama de “quadros sociais”, com os quais organizamos

²³ Continua o autor: “o estudo desse sistema “falado” dos objetos, vale dizer, do sistema de significações mais ou menos coerentes que instauram, supõe sempre um plano distinto desse mesmo sistema “falado”, mais rigorosamente estruturado do que ele, um plano estrutural além mesmo da descrição funcional: o plano tecnológico”. (Baudrillard, 2002, p. 11)

²⁴ A inspiração busca certa antropologia que valoriza as experiências humanas em relação aos objetos de seu entorno. Ver, Tsing (2022).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

os significados sobre o que lembramos, as formas com as quais fazemos e o que entendemos como sendo importantes nesse ato. Em que pese o funcionalismo em sua interpretação e os avanços na concepção durkheimniana realizados por Halbwachs, a esta leitura vem sendo acrescida outras que ressaltam o caráter contingencial, estruturas de poder e possíveis agências dos sujeitos em diferentes propostas teóricas e interpretativas²⁵.

Entendo que as políticas de memória, tradicionalmente, se inserem no campo mais amplo das políticas culturais, no qual diversos atores atuam, embora, no Brasil, o Estado tenha um peso acentuado como agente regulador e incentivador²⁶. Em minha leitura, as políticas de memória são fruto do interesse do Estado na organização de um campo de atuação que se conecta com projetos diversos, como o de desenvolvimento, de fortalecimento de noções de cidadania e, mais recentemente, de reparação por passados de violência. Nesse recorte, o conceito de “memória cultural” de Assman (2011) favorece mais do que a noção de memória coletiva, como amplamente discutida pela tradição de estudos sobre o tema²⁷. Para Assmann (2011), “memória cultural” é aquela mediada por instituições e atuação de técnicos, assim, mais estável do que a chamada “coletiva”, vinculada a mecanismos de transmissão informais, típicos do ambiente familiar e pessoal. Dessa forma, compreendo que a memória cultural está mais próxima do conceito de lugares de memória, tratado anteriormente. A memória cultural se refere à existente em suportes armazenados e acessados em instituições como arquivos e museus, em contraponto à coletiva. Não se trata de as conceber como estanques, mas reconhecer que possuem especificidades, ainda que existam nítidos intercâmbios. O sistema de objetos, ao qual me atento neste texto, composto pelos bens acautelados pelas políticas de patrimonialização e a organização da imaginária, bustos, estátuas e monumentos, está

²⁵ Ver a sistematização das diferentes tradições teóricas do século XX na construção de teorias da memória realizada por Santos (2003).

²⁶ Para Canclini, políticas culturais podem ser definidas como “conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población social” (Canclini, 2005, p. 78)

²⁷ Dado os limites de espaço, não se pretende um arrazoado de propostas para definição do que seria “memória coletiva”, mas cabe reconhecer a tradição de estudos que vem se ampliando no cenário internacional (Huyssen, 2000) e nacional (Gadea e Souza, 2017). Ver discussões de Santos (2013 e 2021).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

mais próximo da noção de memória cultural.

Os monumentos, como representações do passado e instalados nas cidades, embora poucos estudados, tiveram alguma atenção de diferentes áreas do conhecimento. Nora (1993), citado acima, os interpreta em sua função social na construção de laços de identidade e de continuidade. David Harvey (2020) percebe as disputas que se dão na organização dos significados e mitos que envolvem os monumentos, na elaboração de mártires e heróis, lembrando que muito do que acontece em uma cidade é simbólico. Roberto Lobato Corrêa (2005) sistematiza uma série de questões acerca desses objetos nas cidades, compreendendo os sentidos políticos e a complexidade que os envolvem. O geógrafo chama a atenção para o fato de que, por serem fixos, instalados com caráter permanente em locais públicos, são mais acessados pela população, com forte possibilidade de comunicação de seus significados, (re)criando paisagens, construindo certa iconografia e sentido político no território. As escalas dos monumentos valorizam o poder instituído e, em suas grandiosidades relativas, reforçam que, de determinados lugares, emanam poder e organizam a sociedade, como sinalizado por Bourdieu (1997). São mais do que objetos estéticos, embora também o sejam, e expressam um suposto acordo entre cidadãos e a ideia de um passado e projeto de futuro compartilhado. Norbert Elias (1998) já afirmava a necessidade de produção de sínteses, organizando acontecimentos em relações causais, que nos processos de internalização são ordenados na experiência concreta imediata, legitimadas na noção de um passado aparentemente recuperável e conectado a um futuro que ainda está por vir.

Cultura ou memória, como trato aqui, na compreensão da política cultural, se inscrevem na concretude da vida como uma “província prático hermenêutica”, tomando de empréstimo o conceito do sociólogo José Maurício Domingues (2020). Essa “província” se dá na interação entre atores diversos, intelectuais, técnicos, gestores, militantes e detentores, com possibilidades de atuação em determinado espaço que envolve limitadores e facilitadores, onde se estabelecem políticas e marcadores sociais. Ou seja, essa província define gramáticas próprias, onde esses atores “aprendem” a navegar, mas que também é afetada pela presença deles. Nessa perspectiva, é importante considerar a reflexividade dos atores e das instituições na conformação de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

“subjetividades coletivas” (Domingues, 2020), conceito que nos ajuda a compreender tanto as complexas possibilidades de ação quanto os limites decorrentes da reprodução de estruturas sociais. Na reflexão aqui proposta, memória coletiva é entendida como uma “província”, onde atores (coletivos ou não) atuam, com subjetividades muito próprias em contextos de tempo e espaço que podem facilitar ou impedir determinados projetos.

MOBILIDADES E MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE

Os estudos acerca das mobilidades ganharam força nos últimos anos. Estes atentam para mobilidades com diferentes compreensões do movimento nas cidades, nos espaços da vida que passam pelo temas do urbano, do simbólico, da violência, do trabalho e da migração, para citar alguns²⁸. O conceito de mobilidade tenta integrar a ação de deslocamento, física, virtual ou simbólica (Balbim, 2016) às situações nas quais os indivíduos se encontram na sociedade. É importante notar que este giro das mobilidades fortalece análises que vão para além da dicotomia entre agência e estrutura, já presente nas Ciências Sociais nas últimas décadas do século XX (Alexander, 1987).

É possível perceber, nas análises das mobilidades, a valorização de projetos, interesses e sentidos individuais ou de grupos, motivações que vão além das determinações estruturais, ainda que estas estejam presentes nas análises. Importante também compreender que mobilidade deve ser entendida no plural, ou seja, variadas mobilidades são possíveis em diferentes fluxos, com vetores que atuam com certa causalidade e complementaridade com sentidos que podem ser contrários ou por vezes incompatíveis (Balbim, 2016). Soma-se a esta preocupação a “ambivalência das mobilidades cujo efeito é uma reconfiguração profunda, complexa e extremamente assimétrica das experiências de tempo e espaço, presença e ausência, proximidade e

²⁸ Exemplos podem ser lidos em coletâneas, dossiês e autores que vêm sistematizando a literatura que se amplia e demonstra a interdisciplinaridade ensejada dentro do giro ou paradigma das mobilidades (*mobilitities turn; new mobilities paradigm*). Ver Sheller (2013), Balbim, Krause e Linke (2016), Freire-Medeiros e Pinho (2016), Freire-Medeiros e Lajes (2020), Souza e Guedes (2021), Freire-Medeiros e Moraes (2022) e Freire-Medeiros, Magalhães e Menezes (2023).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

distância” (Freire-Medeiros, 2024, p. 425).

Minha proposta é pensar a mobilidade como recurso metodológico para compreender as relações entre experiências dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro com a constituição de um “sistema” que organiza os suportes de memória de maneira diferenciada, como será demonstrado à frente. Tomo como aporte a noção de que o estudo das mobilidades permite compreender certa totalidade na qual as pessoas se movem. Essa totalidade (para a análise) é vista aqui como o conjunto dos lugares de memória, na cidade do Rio de Janeiro. De certa forma, dou mais atenção à mobilidade cotidiana, a qual podemos entender como própria do espaço material, mas não somente, compreendendo também os deslocamentos sociais e simbólicos, que impactam no que busco compreender como imaginário urbano. É, dessa forma, um “entrelaçamento entre movimento, representação e prática” (Souza, 2021, p. 494) que organiza uma “gramática dos deslocamentos” (Freire-Medeiros, 2024, p. 428).

Há um sistema de mobilidades e suportes de memória que organiza e é organizado em uma cidade, uma dada estrutura material e simbólica, na qual os cidadãos circulam e incorporam, ainda que guardem algum grau de possibilidade de transformação. As estruturas materiais, “estruturadas”, são assim estruturantes do que busco entender. A inspiração vem de Pierre Bourdieu (2005) em sua tentativa de compreensão da organização das estruturas sociais, na constituição do *habitus*, que, embora permitam algum nível de mobilidade social, são dotadas de características, de certo modo, rígidas.

TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA CULTURAL

Com Bourdieu (1997) vimos que as estruturas sociais podem ser identificadas ou estabelecidas no espaço, o que o autor chama de “espaço social reificado”. Nesse espaço, marcas de distinção são inscritas de forma mais durável, naturalizando e fixando uma relação entre “espaço social” e pedaços da cidade. Tal característica reduz as possibilidades de mobilidade pois homogeneiza as classes e categorias sociais no espaço, reforçando a sobrevalorização de alguns e a precarização de outros, como pretendo

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

demonstrar nesta seção.

Em minha leitura, esse fenômeno pode ser visto próximo à construção de territorialidades, pois demarca em uma parcela da população um imaginário de valorização ou desvalorização do capital urbano²⁹. Entendo esse capital como constituído das características de determinado território que podem facilitar a mobilidade ou sua contraparte, a imobilidade, e que se organizam em um sistema. O capital urbano se relaciona com a raridade e a experiência na cidade, ou seja, funciona em um sistema que lhe dá valor, reforçando a “cidade como um modo de vida” (Santos, 2024). Nesse sentido, os cidadãos são mais territorializados e menos territorializantes, sem negar a contínua atualização e possibilidades de agências na organização do espaço³⁰. Podemos afirmar que a mobilidade importa no processo de territorialidade, uma vez que a experiência de vida se constitui no movimento em um território, sistematizado como certa estrutura social.

Para Milton Santos (2024), a relação com o passado se dá entre “coisas”, em um processo de alienação³¹. Karl Marx já afirmava que o capitalismo só logra êxito em uma situação de desumanização, onde uma relação “estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de relação entre coisas” (Marx, 2006, p. 94). Esse processo a que chamou de “fetichização” determina características à produção de mercadorias e inspira esta reflexão sobre os lugares de memória na cidade.

Quero ressaltar que a mobilidade, em suas múltiplas formas, para o trabalho, o estudo, as práticas culturais, religiosas, no turismo ou lazer, apresenta a possibilidade de contato dos cidadãos com um sistema que organiza os lugares de memória na cidade. É um habitar a memória, constituída por esses símbolos espalhados pela cidade. O habitar

²⁹ Me aproximo da noção de “capital simbólico”, como trabalhado por Bourdieu, ressaltando especificidades dos objetos na experiência de cidade, ao pensar o “campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (Bourdieu, 2005, p. 135).

³⁰ Dado o limite de espaço, não apresento exemplos de tensionamentos e atores coletivos que atuam na memória cultural e no capital urbano. Ver, como exemplo, o estudo de Carneiro (2023).

³¹ “Relações entre os homens por meio de objetos novos e antigos” (Santos, 2024, p. 142).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

se faz pela experiência do movimento na cidade, constituindo um modo atento às suas formas materiais e simbólicas³². Esse sistema reforça o espaço social reificado, com sentido e significado para as pessoas. Há, nessa organização, a realização de uma estrutura de valores que constrói, reforça ou desestabiliza memórias, sendo uma esfera de realização da cidadania territorializada.

A ESPACIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO³³

Políticas para a memória possuem efeitos visíveis e possivelmente mensuráveis em sentidos diversos que se complementam com a conformação do território. Um dos efeitos dessa conexão entre as imagéticas e a morfologia da cidade se dá na experiência do cidadão na conformação de um imaginário urbano. Armando Silva (2001) propõe a noção de imaginários urbanos como capaz de captar a produção de signos, de representações e de narrativas de quem vive a cidade em uma operação com o que é público, valorizando a experiência do olhar no cotidiano. Entendo que o Paradigma das Mobilidades dialoga com a busca por esse olhar, ao atentar para os corpos em meio aos fluxos, fixos e fricções (Freire-Medeiros; Lage, 2020).

Embora atores diversos atuem na “província” das políticas de memória, o Estado possui um peso assimétrico na prática governamental que define a “correta maneira” (Foucault, 2008) de se lembrar do passado. Essa correta maneira tem a ver com a política e burocracia desenvolvida para lidar com o passado e a memória. São ações que se dão especialmente no âmbito dos museus, do patrimônio cultural e na imaginária. No momento, foco no conjunto de bens considerados como patrimônio cultural e a imaginária da cidade do Rio de Janeiro. Sobre a imaginária, considere os bustos, estátuas e monumentos listados em *Os monumentos do Rio de Janeiro: Inventário*, publicado em

³² Ingold (2011) afirma que a vida se “faz no movimento perambulatório em caminhos que conectam lugares. (...) compreende-se o habitar como a condição que melhor exprime o estar atento ao mundo e às relações com sua materialidade multiforme” (Souza, 2021, p. 490)

³³ Os dados utilizados neste tópico foram anteriormente trabalhados em Cid e Pio (2025).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

2015 (Dias, 2015)³⁴. Quanto aos bens patrimonializados, considere os que passaram por processos de tombamento ou registro, no âmbito federal, estadual e municipal, dados disponibilizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro³⁵. A literatura especializada considera como patrimônio cultural o conjunto de bens que passam por políticas de acautelamento, quando materiais, por meio do instrumento do tombamento, e registro, quando imateriais³⁶.

Após acesso e organização, os dados foram tabulados e contabilizados em função dos bairros, regiões administrativas e áreas de planejamento, conforme definição da administração municipal. Trata-se de uma pesquisa em andamento realizada em parceria com o professor e pesquisador Leopoldo Guilherme Pio (UNIRIO), onde avançamos nas discussões acerca das desigualdades das políticas de memória na cidade do Rio de Janeiro³⁷.

Foi contabilizado um total de 1.074 monumentos, bustos e estátuas e 2.370 bens tombados e registrados, na cidade do Rio de Janeiro. A tabela a seguir apresenta os números desses bens, agrupados segundo a área de planejamento (AP) na qual se situa. Vale pontuar que as áreas de planejamento do Rio de Janeiro obedecem a certa perspectiva sócio-histórica de divisão da cidade, impactando noções de áreas ricas e pobres, subúrbio e Zona Sul, com grande diferenciação simbólica na valorização ou depreciação no imaginário da cidade e que correspondem à seguinte divisão: AP1, Região Central; AP2, Zona Sul (mais a Grande Tijuca); AP3, Zona Norte; AP4, Zona Sudoeste; AP5, Zona Oeste.

Tabela 1: monumentos, bustos, estátuas e bens tombados e registrados na cidade do Rio de Janeiro, agrupados segundo as Áreas de Planejamento.

³⁴ Cabe à Secretaria Municipal de Conservação, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a manutenção de bustos e monumentos na cidade. Embora tenha feito contato com a Secretaria, não foi possível acessar a uma listagem atualizada.

³⁵ Dados disponibilizados na plataforma *Data.Rio*. Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em 20 de junho de 2025.

³⁶ A literatura é vasta com certo consenso de que cabe ao Executivo as ações que competem ao patrimônio cultural (Rabello, 2009). Estas são descentralizadas, tendo a política federal peso relativamente acentuado, com os instrumentos principais, além do artigo 216, da Constituição Federal de 1988, os decretos-leis 25/37 e 3551/2000.

³⁷ Alguns resultados podem ser vistos em Cid, Peixoto e Pio (2023) e Cid e Pio (2025).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Área de Planejamento	Monumentos, bustos e estátuas	Bens tombados e registrados
AP1	373	711
AP2	465	1409
AP3	102	118
AP4	39	60
AP5	95	72
Total	1074	2370

Fonte: Cid e Pio (2025).

Salta aos olhos a diferença da quantidade de bens nas áreas de planejamento e a sintonia entre as políticas de instalação de bustos, estátuas e monumentos com as de tombamento e registro. As políticas para os monumentos parecem obedecer ao mesmo sentido das de patrimônio. As áreas (AP1 e AP2) que possuem maior quantidade de bustos e estátuas são as que possuem o maior número de bens acautelados pelas políticas de patrimônio. Nem mesmo a soma dos quantitativos das AP3, AP4 e AP5 se aproxima do total de bens na AP2, isoladamente.

Tabela 2, Percentuais da quantidade de monumentos, bustos e estátuas e bens tombados e registrados, população e área da cidade do Rio de Janeiro, agrupadas segundo áreas de planejamento.

Área de Planejamento	Monumentos, bustos e estátuas	Bens tombados e registrados	População	Área (ha)
	%	%	%	%
AP1	33,66%	29,97%	4,54%	2,86%
AP2	41,97%	59,00%	14,34%	8,34%
AP3	9,21%	4,94%	33,69%	16,90%
AP4	3,52%	2,51%	17,80%	24,40%
AP5	8,57%	3,02%	29,63%	47,51%
Total	96,93%	99,44%	100,00%	100,00%

Fonte: Cid e Pio (2025).

Quando comparamos os dados relativos à área e à população destes bairros e

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

áreas de planejamento nos deparamos com uma proporção inversa, conforme Tabela 2. As áreas de planejamento que abrigam maior percentual da população e do território da cidade (AP3, AP4 e AP5) abrigam apenas 21% dos bustos, monumentos e estátuas e 10% dos bens tombados e registrados.

A cidade do Rio de Janeiro possui algumas divisões simbólicas e materiais, umas delas é marcada pela dicotomia Zona Sul *versus* Subúrbio, que pode ser interpretada no processo de organização do estigma lançado à região suburbana³⁸. Nelson da Nóbrega Fernandes (2011) demonstra como a construção desse estigma se constitui como um projeto em dado momento histórico de valorização da Zona Sul, como o território da cidade moderna em contraponto ao subúrbio, como o lugar da ausência e do atraso. Luiz César Queiroz Ribeiro (1997) nos permite compreender que essa diferenciação está associada à elaboração de um sistema de produção de moradias diferenciadas conforme as regiões, ao longo do século XX. Maurício de Abreu (1997) aponta para o estabelecimento de um vetor de concentração de renda que associa o papel de acumulação do capital ao papel do Estado constituindo um modelo de diferenciação de centro e periferia com grande valor simbólico nas áreas centrais, espacializando renda e poder. Para o autor, esta configuração estabelece um vetor de transformação do território que, ao longo do século XX, caminha da região central em direção à Zona Sul, favorecido por grandes investimentos públicos, em contraponto às ausências nas periferias deste centro de renda e poder.

Sandra de Sá Carneiro (2009) discute a presença da dicotomia Zona Norte *versus* Zona Sul na conformação das identidades no Rio de Janeiro, com o reforço de produtos televisivos e práticas culturais de ambos os “grupos”. Embora nem sempre se trate de fronteiras rígidas, simbolicamente a dicotomia estabelece representações entre o local de moradia e a construção de “subjetividades, estilos de vida e *éthos* específicos” (Carneiro,

³⁸ Há uma discussão sobre o conceito de subúrbio carioca e seu território, no entanto há consenso acerca de sua especificidade e representando uma região habitada por camadas populares (Bernardes e Soares, 1990) e marcado pelas linhas férreas (Pechman, 1985). O debate vem sendo ampliado por pesquisadores e ativistas, em coletivos que vêm ressignificando a categoria subúrbio. Ver estudos reunidos em Oliveira e Fernandes (2010), Santos, Mattoso e Guilhon (2019), Araújo e Davies (2022) e Carneiro e Mattoso (2023); e *Novos Diálogos Suburbanos*. Disponível em: <https://novosdialogossuburbanos.instituto215.org.br/>. Acesso em 31/10/2025.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

2009, p. 205), disputando também a identidade do “verdadeiro carioca”. Interessa particularmente para o debate que proponho que Carneiro (2009) percebe forte vinculação ao local de moradia como organizador destas subjetividades e valores, tendo pouco impacto nessa subjetivação as mobilidades cotidianas para o trabalho ou o estudo, como em Cecchetto e Farias: “o local de moradia do outro como forma de enquadrá-lo num sistema classificatório onde o operador principal é o território” (2009, p. 226). Meu argumento é o de que os habitantes se deparam com um sistema que organiza os lugares de memória de maneira explicitamente diferenciada. A mobilidade que se constitui entre o subúrbio e a Zona Sul reforça o imaginário de diferenciação da cidade, nas ausências, no silêncio e na valorização de um passado heroico do qual emana poder e o qual justifica hierarquias nas lembranças que marcam o espaço.

Se tomamos a Zona Norte (AP3) e Zona Oeste (AP5) como Subúrbio, vemos que há grande diferenciação em investimentos de políticas de acautelamento e de embelezamento, onde somam apenas 8% e 18% dos monumentos e dos bens tombados, em contraste com a AP2, com 42% e 59%, respectivamente. Tal desigualdade chama a atenção quando contraposta ao dado de que as populações dessas áreas somam 63%, em 64% da área da cidade, enquanto a AP2 (Zona Sul mais Grande Tijuca) possui 14% e 8%, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas com maior possibilidade de mobilidade experimentam uma noção de cidadania mais ampliada, com um repertório imagético de suportes de memória que definem sua realização em um território mais alargado. Por outro lado, a desvalorização reiterada de determinados bairros em relação a outros leva a experiência de uma cidadania diferenciada por parte dos moradores dos bairros com menor investimento. O investimento material diferenciado evidencia a conformação de uma estrutura desigual no âmbito do simbólico, com memórias locais ou espaços não valorizados despertando “vazios simbólicos” (ou estigmas), em contraposição a outros que são inflados de “memórias”. Como Milton Santos (2024) observava, o empobrecimento de certas áreas é

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

fruto de ações da economia e do planejamento, com a supervalorização de certas áreas em detrimentos de outras.

O tema das mobilidades interessa ao incentivar análises que percebam a experiência de vida como móvel, em meio aos objetos e sistemas que são fixos. Busquei atentar para elementos do que estou compreendendo como um sistema (fixo) de memória com dados que sugerem estar associados a fatores de diversas ordens, em relação à organização do território e da sociedade civil.

A intensificação do processo de financeirização em diversas cidades, como vista nas últimas décadas (Rolnik, 2019), agudiza o processo de alienação da cidade. Políticas de memória mais igualitárias poderiam significar um escape a este processo, no entanto os dados que analiso remetem à concentração de investimentos em espaços já valorizados, reificando para ampla maioria de seus habitantes a alienação da cidade. Estes vivem a experiência do passado de maneira diferenciada, não como um bem comum. A memória como bem comum teria a capacidade de transformar o espaço em lugar, humanizando e reforçando a cidade como lugar do vivido.

Não foi intenção defender a construção de um sistema de valorização de uma experiência única para toda a cidade, na forma de compartilhamento de um conteúdo que remeta a certo passado idílico ou algo próximo. Está presente a possibilidade de crítica à organização das memórias em um sentido de história única. A proposta aqui seria valorizar mais as experiências locais do que a dita memória heroica típica dos Estados-nacionais. Como exemplo, estudos sobre memória operária no subúrbio carioca demonstram que ocupações em remanescentes industriais favorecem experiências cotidianas de trabalho, de luta por moradia e de resistência frente a processos de apagamentos e silenciamentos (Albernaz, Cid e Pinto, 2025). O espaço, assim, se assemelha bem às experiências vividas por estas comunidades. Essas experiências nos lembram que a memória é disputada, em meio às assimetrias de poder, com suas especificidades de (re)produção. O estudo das mobilidades nos fornece um ferramental teórico e metodológico que favorece compreender tais processos em movimento e em certa estrutura espacial a ser disputada.

Considerar a mobilidade como importante chave para se pensar as políticas de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

memória nos permite avaliá-las tanto no sentido restrito, em suas desigualdades, efeitos e razões, quanto em seu caráter sistêmico nas relações com outros temas e esferas da vida. Ou seja, a mobilidade, em seu caráter polissêmico, encontra na memória uma contraparte na articulação entre tempo e espaço, no reforço de que lembramos sempre no presente, em relação a um passado que nos chega.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 1997.

ALBERNAZ, M. P.; CID, G. da S. V.; PINTO, G. de O.. Memória operária e patrimônio industrial: Preservação ou apagamento do legado fabril em ocupações habitacionais nos subúrbios ferroviários do Rio de Janeiro. **PIXO** - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 9, n. 33, p. 134-153, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/28590>. Acesso 11 de maio de 2026.

ALEXANDER, Jeffrey C.. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 4, 1987. Disponível em: <https://anpocs.org.br/1987/06/25/vol-2-no-4-sao-paulo-1987/>. Acesso em 11 de maio de 2026.

ALEXANDER Jeffrey C.. **Sociologia Cultural**: teoria, performance, política. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

ARAÚJO, F.; DAVIES, F. A. (orgs.). **Rio a oeste**: modos de habitar e fazer a cidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BALBIM, R.. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea, 2016.

BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C.C.. **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea, 2016.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. São Paulo; Perspectiva, 2002.

BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T. de S.. **Rio de Janeiro**: cidade e região. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

BOURDIEU, Pierre. Efeito do lugar. **A Miséria do Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANCLINI, Néstor G.. Definiciones en transición. **Cultura política y sociedade: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas. **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Coletivos suburbanos cariocas: cultura, estigmas e políticas de resistência. **Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Autografia. 2023.

CARNEIRO, S. de S.; MATTOSO, R.. **Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Autografia. 2023.

CECCHETTO, F.; FARIAS, P.. “Tu mora onde?”: território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

CID, Gabriel da S. V.. **A memória como projeto: tensões e limites do processo de patrimonialização da capoeira**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CID, Gabriel da S. V.. Patrimônio Cultural, memória e cidadania na região de Madureira. **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

CID, Gabriel da S. V.. Usos da memória e atores coletivos em disputa pela cidade: o Estádio do Maracanã, o Museu das Remoções e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural. **Patrimônio como direito**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2024.

CID, G. da S. V.; MELO, E. S. O.. Vida e Morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/79784>. Acesso em 11 de maio de 2026.

CID, G. S. V.; PEIXOTO, F. C.; PIO, L. G. (orgs). Dossiê: Subúrbios e Periferias: atores, projetos e territórios na organização de memórias coletivas do espaço urbano. **Em Tese**, Florianópolis, v. 20 n. 02, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/issue/view/3655>. Acesso em 11 de maio de 2026.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

CID, G. S. V.; SANTOS, M. S.; FERNANDES, A. P. A. (Orgs.). **Lugares de memórias difíceis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

CID, G. da S. V.; TOLEDO, V. M.. Museu das Remoções: antimonumento, memória e organização coletiva na luta da comunidade da Vila Autódromo. In. 46º Encontro Anual da ANPOCS, 2022, Campinas. In. **Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS**, 2022.

CID, G. S. V.; TOLEDO, V.. O Museu das Remoções e a resistência da comunidade da Vila Autódromo no Rio de Janeiro. *Revista Caliandra*, 3(1), 109–125, 2024. Disponível em, <https://anpuhgoias.com.br/revista/index.php/caliandra/article/view/54>. Acesso em 11 de maio de 2026.

CID, G. da S. V.; PIO, L. G. Políticas de memória e desigualdades de representação no território da cidade do Rio de Janeiro. 22º Congresso Brasileiro de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 2025. In. **Anais eletrônicos do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2025.

CORRÊA, Roberto L.. Monumentos, política e espaço. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

CYMBALISTA, Renato (Org.). **Guia dos lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.

DIAS, Vera. **Os Monumentos do Rio de Janeiro**. Inventário 2015. Rio de Janeiro: Nau das Letras Editora, 2015.

DOMINGUES, José Maurício. As subjetividades coletivas e as províncias prático-hermenêuticas da vida social. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 32, n. 3, 2020, p. 311-328. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/ydTRFrxFYKfMscj3DDgMmtM/?lang=pt>. Acesso em 11 de maio de 2026.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, Nelson da N.. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANK, S.; RISTIC, M.. Urban fallism: Monuments, iconoclasm and activism. **City: Analysis of Urban Change, Theory, Action**. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13604813.2020.1784578#d1e139>. Acesso em 22 de junho de 2025.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A metrópole do capital de rede: mobilidades socioespaciais e iniquidades urbanas. **Cadernos Metrôpolis**, São Paulo, v. 26, n. 60, pp. 423-442, maio/ago 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/bVzQYFJ6TMVgpQRmBkzhsXR/?lang=pt#>. Acesso em 11 de maio de 2026.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAJES, M. P.. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 123, Dezembro 2020: 121-142. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10877>. Acesso em 11 de maio de 2026.

FREIRE-MEDEIROS, B.; MAGALHÃES, A.; MENEZES, P. (2023) (orgs.). Dossiê (I)mobilidades socioespaciais e suas infraestruturas. *Revista Brasileira de Sociologia* [Online], São Paulo, v. 11 n. 28. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/issue/view/42>. Acesso em 11 de maio de 2026.

FREIRE-MEDEIROS, B.; MORAES, C. M. dos S.. Mobilidades Transnacionais e a produção acadêmica sobre o turismo em favelas. *RBTUR*, São Paulo, 16, e-2262, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2262>. Acesso em 11 de maio de 2026.

FREIRE-MEDEIROS, B.; PINHO, P. de S.. Dossiê “Mobilidades Turísticas”. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.23.2, 2016. Disponível em: https://revistas.usp.br/plural/pt_BR/issue/view/9327. Acesso em 11 de maio de 2026.

FREIRE-MEDEIROS, B.; TELLES, V. da S.; ALLIS, T.. Por uma teoria social on the move. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/142654. Acesso em 11 de maio de 2026.

GADEA, C.; SOUZA, R. F. de. Memória coletiva e social no Brasil Contemporâneo. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, Vol. 05, No. 11, Set/Dez, 2017. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/327>. Acesso em 11 de maio de 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. Monumento e mito: a construção da Basílica de Sacré-Coeur. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INGOLD, Tim. A temporalidade da paisagem. **A unidade múltipla**: ensaios sobre a paisagem. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021. p. 112-154.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

INGOLD, Tim. Against space: place, movement, knowledge. **Being alive**. Essays on movement, knowledge and description. London: Routledge, 2011. p. 145-155.

KNAUSS, Paulo. **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIRZOEFF, Nicholas. All the monuments must fall #charlottesville. **The Funambulist**, 2021. Disponível em: <https://thefunambulist.net/magazine/against-genocide/all-the-monuments-must-fall-charlottesville>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em 11 de maio de 2026.

OLIVEIRA, M. P. de; FERNANDES, N. da N. (orgs). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EdUFF, 2010.

PECHMAN, Robert Moses. **A Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e formação dos subúrbios no Rio de Janeiro**. Dissertação (Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, J. J. dos; MATTOSO, R.; GUILHON, T. (orgs.). **Diálogos suburbanos**: identidade e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e justiça social**. São Paulo: Garamond, 2021.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da branquitude**: A presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SHELLER, Mimi. **Sociology After the Mobilities Turn from**. The Routledge Handbook of Mobilities. London: Routledge, 2013.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, Bogotá Col: Convênio Andres Bello, 2001.

SOUZA, Candice Vidal. Habitar e mover-se no deserto que se torna cidade. **Antropologia das mobilidades**. Brasília: ABA Publicações, 2021.

SOUZA, Candice Vidal; GUEDES, André Dumans (orgs.). **Antropologia das mobilidades**. Brasília: ABA Publicações, 2021.

TSING, Anna L.. **O cogumelo do fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

SOBRE O AUTOR

Gabriel da Silva Vidal Cid

Pesquisador, bolsista do CNPq, na FIOCRUZ, e pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
gabrielsvcid@gmail.com